

XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL.

04 A 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI

GT: Populações tradicionais, processos sociais e meio ambiente.

USOS INVISÍVEIS DO PARQUE ECOLÓGICO DO COCÓ, NA CIDADE DE FORTALEZA/CE

Gleison Maia Lopes  
Universidade Federal do Ceará  
gleisonml88@hotmail.com

Adelita Neto Carleial  
Universidade Estadual do Ceará  
adelitacarleial@hotmail.com

# USOS INVISÍVEIS DO PARQUE ECOLÓGICO DO COCÓ, NA CIDADE DE FORTALEZA/CE

## 1. UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO URBANO

Ao longo de sua história, Fortaleza apresenta transformações que trazem consigo singularidades de diferentes momentos históricos. Pretende-se fazer uma análise levando em consideração o processo de produção e desenvolvimento da cidade para poder, a partir dessas reflexões, interpretar a realidade urbana, focando as intervenções humanas no meio ambiente, em especial no Parque do Cocó, percebendo os vários agentes modificadores do espaço urbano e sob que lógica eles atuavam.

Considera-se importante uma análise histórica do processo de produção da cidade de Fortaleza, pois este pode dar as ferramentas necessárias para uma análise do processo de inserção do Parque do Cocó nas mais variadas conjunturas existentes na cidade: econômica, social, política e cultural. Pode ajudar a entender, inclusive, o processo de criação do Parque, os agentes que dele se utilizam, como se estabelecem as relações de poder existentes dentro desse espaço e como se deram as ocupações do Parque ao longo dos seus vários momentos históricos.

É sabido que toda e qualquer área não se produz por si só. Nenhuma área se produz no meio social, enquanto espaço de convivência, sem ser modificada e modificar os mais variados agentes construtores da realidade social. Desse modo concorda-se com Corrêa (2000) quando este diz que o espaço urbano é fruto das relações sociais históricas produzidas na sociedade.

É pressuposto teórico metodológico deste estudo que nenhuma área pode ser analisada sem articular as várias relações existentes na produção do tecido social, pois, desse modo, perderíamos as especificidades da produção e reprodução desse espaço da sociedade que traz consigo reflexos da sociedade estudada e do modo como essa se organiza para reproduzir seu cotidiano social (SANTOS, 2006).

Pretende-se analisar como alguns atores são responsáveis pela produção do espaço e pela construção de espaços legais e ilegais (ilegítimos) dentro da cidade, particularmente no Parque do Cocó.

Tais agentes podem ser percebidos como o Estado, o empresariado e a população organizada que são, a princípio, os principais produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2000).

A seguir faremos uma análise particular de cada um desses agentes produtores do espaço urbano para demonstrar a importância de cada um deles nesse processo e alicerçar informações que possam ajudar a explicar o modo como se estabelecem as hierarquizações nas formas de uso de um espaço “público”, o Parque do Cocó.

## **1.1 ESTADO**

A atuação estatal nesse contexto sócio-político de Fortaleza, onde novos agentes se inserem no processo político, se mostra complexa, pois vários interesses se colocam às diferentes administrações e o Estado, historicamente, não tem se mostrado neutro e imparcial a esses interesses.

O Estado pode ser percebido como agente potencializador do desenvolvimento e da produção espacial urbana, congregando serviços e diretrizes governamentais em torno de uma determinada região de interessante desenvolvimento aos olhos do plano de governo estatal.

Desse modo concorda-se com Corrêa (2000) quando este diz:

O Estado atua também na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço (...)

Uma primeira observação refere-se ao fato de o Estado atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos (...) (p. 24)

Entretanto, historicamente, pode-se perceber que a atuação do Estado se revela ineficaz quando pensamos a cidade como um todo, pois, geralmente, as zonas periféricas não são foco de políticas públicas, a não ser quando essas zonas são vistas como problemáticas e de difícil situação de moradia.

Concorda-se com Marques e Bichir (2001) quando estes dizem:

As literaturas sociológica e urbana dos anos 1970 e 1980 caracterizaram as periferias metropolitanas brasileiras pela completa ausência do Estado, exceto pelos empreendimentos habitacionais massificados implantados a partir do final dos anos 1960. Nossos espaços metropolitanos se caracterizariam por um gradiente decrescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda do centro para as periferias. Os espaços periféricos seriam os mais distantes e de menor renda diferencial, ocupados pela população de mais baixa renda e inserida de forma mais precária no mercado de trabalho (p. 10).

Parece um contra censo que as atribuições estatais na produção e acesso ao solo urbano sejam consideradas como uma grande força produtiva do espaço urbano, quando ele se desvincula ou ignora a produção e o desenvolvimento de uma parte tão considerável da cidade. Como pode uma parte da cidade receber de maneira tão intensa e volumosa investimentos em infraestrutura e demais formas de desenvolvimento, enquanto outra parte da cidade se mostra carente e deficitária de investimentos públicos?

Carlos (1994) mostra que o espaço da cidade é fragmentado e que traz consigo anseios e interesses que revelam vários fatores, tais como uma estratégia de governo ou de desenvolvimento econômico empresarial. Sendo assim, há de se esperar que seu desenvolvimento também seja fragmentado, diferenciado de acordo com os interesses dos indivíduos (ou grupo representados por esses indivíduos), inseridos no processo de produção desse espaço.

O município de Fortaleza estima gastos para todas as suas regionais, de acordo com as demandas e diretrizes de governo, onde áreas vistas como prioritárias ao governo recebem investimentos mais diretos do que outras regiões que não se enquadram nos planos e diretrizes estatais.

De acordo com o orçamento do Município para 2011, seguindo a Lei N.º 9.733, de 29/12/2010, Suplemento do DOM N.º 14.457, de 30/12/2010, que determina a projeção orçamentária de gastos do Município, Fortaleza estabelece seus gastos programados para 2011, o que ajuda a entender seus mecanismos de interferência na produção do espaço urbano da capital.

Observando a Tabela 1, sobre esses investimentos, percebe-se em um ano, os diferenciados incrementos financeiros que a cidade de Fortaleza recebe, como eles se espacializam e as regiões que recebem um maior volume de investimentos financeiros para sua manutenção e aparelhagem infra-estruturam.

TABELA 1: Investimentos previstos pela Prefeitura Municipal para 2011			
Secretaria Executiva Regional	Investimentos em Urbanismo	Urbanização de Vias e Espaços Públicos	Área Urbanizada
SER CENTRO	10.652.950	60.000	9.651 <i>m</i> <sup>2</sup>
SER I	56.704.944	4.609.500	54.940 <i>m</i> <sup>2</sup>
SERII	73.144.500	3.566.000	30.846 <i>m</i> <sup>2</sup>
SERIII	27.922.441	3.041.000	127.3000 <i>m</i> <sup>2</sup>
SERIV	30.496.659	2.061.000	39.715 <i>m</i> <sup>2</sup>
SERV	29.309.000	4.458.000	33.820 <i>m</i> <sup>2</sup>
SERVI	86.597.610	11.015.000	48.852 <i>m</i> <sup>2</sup>

Fonte: Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, 2011

A SER II, como observado na tabela de investimentos, tem o segundo maior investimento em urbanização de vias e espaços públicos da cidade, perdendo apenas para a SER VI, mesmo sendo a Secretaria que teria o menor

espaço a ser melhorado com o recebimento dessas finanças, com uma área de 30.846 m<sup>2</sup>, de acordo com a projeção orçamentária.

Percebe-se, de acordo com esses dados, investimentos diferenciados que terminam por qualificar uma área em detrimento de outra. Investimentos que aparelham e estruturam fisicamente áreas de acordo com os planos de desenvolvimento urbano do governo para a cidade.

Esse modelo urbano brasileiro é um modelo que segrega ricos e pobres, dentro do espaço da cidade, separando espaços que contem um alto desenvolvimento econômico, com um elevado custo de habitação dos espaços marginalizados destinados à classe menos favorecida da sociedade.

## **1.2 Empresariado**

O espaço urbano é intensamente influenciado pelas iniciativas privadas, seja por indivíduos que atuam solitariamente ou por grupos de indivíduos que agem sobre o espaço por meio de corporações.

Concorda-se com Corrêa (2000) quando este diz que a ação do empresariado modela a cidade e intervêm na localização de certos usos da terra. O empresariado, nessa visão do autor, tem o poder de se impor ao Estado visando a realização de desapropriações de terras, instalações de infraestrutura necessária às suas atividades e para a criação de benefícios para seus empreendimentos.

O *shopping* Iguatemi é o melhor exemplo, na região do Parque do Cocó, dessa relação que se tenta demonstrar, pois foi um investimento privado que corroborou e trouxe uma gama de investimentos que por fim acarretaram uma forte escala de crescimento naquela região, antes uma região isolada e “afastada” socialmente da cidade (Ver Anexo 1).

O referido empreendimento pode ser percebido como diferencial no processo de desenvolvimento e expansão daquela região de Fortaleza. Esse empreendimento criou uma complexa “teia” de relações econômicas que transformaram aquela região em um grande pólo comercial dentro da cidade.

Concorda-se com Lima (2007) quando este diz:

O shopping Center Iguatemi tem atraído, além de pessoas da classe média a morar em suas adjacências, mini-shoppings, lojas de alimentação e de conveniência. Sua construção [...] constitui passo decisivo na mudança de hábitos de consumo e de sociabilidade do fortalezense. A presença desse empreendimento no Bairro da Água Fria contribuiu para um maior adensamento de população, de comércio e serviços dos mais diversos tais como: UNIFOR, Imprensa Oficial do Ceará - IOCE, Centro de treinamento do Banco do Estado do Ceará - BEC (atual Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO), Colégio Farias Brito (p.150)

A Tabela 2 permite a apreensão exata da estrutura física e das características logísticas desse *Shopping* na região.

Tabela 2: Características Físicas do *Shopping* Iguatemi em Fortaleza

Área bruta locável	60.229,38m <sup>2</sup>
Total de lojas	300
Lojas de alimentação	35
Lojas âncoras	6
Mega lojas	3
Praças de alimentação	2
Salas de cinema	12
Pavimentos de lojas	2
Elevadores panorâmicos internos	2
Elevadores no edifício-garagem	3
Escadas rolantes	8

Fonte: Site do Shopping Iguatemi, 2011.

Entretanto, a construção desse empreendimento não se deu sem resistência por parte da sociedade organizada que via nessa construção uma agressão ao ecossistema da região e às leis ambientais de proteção ambiental.

Essa resistência ambientalista à construção do Iguatemi se fundamenta na característica ambiental da região, área de mangue, supostamente, “protegida” pela legislação ambiental vigente.

Como menciona Rocha, Frota e Meireles (2008):

Por toda a sua importância, o ecossistema manguezal é considerado, pela legislação nacional, “Área de Preservação Permanente”, como podemos perceber pela Lei no 4.771 – Código Florestal – que em seu artigo 2o, “f” diz: “Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues” (p.12)

Uma grande discussão ocorreu sobre a construção do referido *Shopping*, encabeçada pela Socema que via ilegalidade na construção do *Shopping* Iguatemi, afirmando estar esse empreendimento em uma área de mangue, que é preservada de acordo com o código florestal.

Em 2007, o Ministério Público Federal em ação pública Numero 064/2007, referindo-se a região de construção do *Shopping* reconhece o problema da construção de um equipamento privado em área pública:

[...] a planície flúvio-marinha do rio Cocó era originalmente coberta por manguezais em toda a extensão que vai da BR-116 até o estuário, na área submetida à influência das marés [...]. Os manguezais ocupavam inclusive os espaços atualmente tomados pelo Shopping Iguatemi, cuja primeira etapa começou a funcionar em 2 de abril de 1982 [...].

[...] é extremamente relevante ressaltar que, o próprio Shopping Iguatemi, conforme amplamente demonstrado na Informação Técnica produzida pelo MPF está edificado em área de mangue, portanto, em área de preservação permanente (APP) (p. 6).

A construção do *Shopping* mesmo estando inserida em áreas de mangue (Ver Anexo 2) prosseguiu e foi concretizada em 1982, ano de sua inauguração. Estando sua administração condicionada apenas a preservar as faixas marginais de vegetação de mangue na largura mínima da metade da largura do rio.

### 1.3 SOCIEDADE ORGANIZADA

Em geral, o surgimento dos movimentos sociais no cenário de lutas e disputas sócio-políticas nasce da disjunção entre interesses sociais e conflitualidade existente nas contradições entre demandas sociais e interesses políticos (CASTELLS, 2000).

A preocupação com o meio ambiente é um problema que pode ser considerado novo no cenário contemporâneo. O ambientalismo, como causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidade acerca da problemática ambiental, é uma questão recente e que data do pós II Guerra Mundial.

A sociedade organizada é um agente modelador de grande importância quando se pensa a produção e (re)produção do espaço urbano das cidades, pois interfere diretamente nos rumos e diretrizes de desenvolvimento adotados pelo Estado.

Uma grande falha nos atuais estudos urbanos é pensar que a sociedade organizada atua na produção do espaço urbano apenas quando se ocupa de espaços indevidos ou inapropriados para a habitação. Não se nega que este tipo de ação da sociedade ocorra de maneira volumosa, mas não se pode estender essa análise a toda ação possível da sociedade.

A sociedade organizada traz consigo mecanismos de resistência que aglutinam forças e que, devido a isso, reverberam de modo muito mais intenso do que se imagina.

Recuperando a história da luta em defesa do meio ambiente em Fortaleza, pode-se recordar ações como o “piquenique ecológico”, entre outras, as quais demonstram essa afirmação. Outra ação dos movimentos sociais (ambientalistas especificamente) desse período foi o SOS Lagoa que buscou trazer a problemática ambiental e suas discussões para as lagoas de Fortaleza, destacando-se a luta em defesa da Lagoa da Parangaba.

Outra disputa ocorreu quando a Socema encabeçou o movimento pela criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pacoti e Lagoa de Precabura, dando entrada em 23 de maio de 1997 com uma solicitação, nesse

sentido, ao Governo do Estado do Ceará, o qual foi aprovada em 1999. A APA do Rio Pacoti é outro exemplo da atuação dos movimentos ambientais dentro do cenário fortalezense de hoje.

Mais recentemente houve um “abraço simbólico” entorno do Rio Maceió, onde moradores da Varjota e representantes da Secretaria Executiva Regional II (SER II) se uniram para protestar contra a poluição daquele rio.

Um dos maiores conflitos atuais encarados pelos movimentos sociais pode ser percebido como a luta dos movimentos ambientais em torno da demarcação jurídica do Parque Ecológico do Cocó (disputa histórica como podemos perceber).

Foca-se a análise nas ações dos movimentos sociais ambientalistas, pois considera-se que estes são os mais sistemáticos e políticos, por isso, mais capazes de demonstrar a problemática ambiental na cidade de Fortaleza.

Fortaleza, atualmente, passa por um momento de efervescência quando se pensa a atuação dos movimentos sociais populares que, diferentemente da década de 70 onde esses eram fruto, em média, da classe intelectual e liberal da época, agora nascem, sobretudo, da parte menos favorecida economicamente da sociedade civil organizada.

A “arena” da disputa ambiental é um espaço de extrema conflitualidade de vários sujeitos sociais, movimentos sociais, empresários e Estado, onde visões de desenvolvimento se embatem em torno da construção de legitimidade social e provocam ações sobre os recursos naturais .

Essas novas formas de relação entre sociedade e movimentos sociais terminam por interferir nas formas de relação entre sociedade e Estado. Um “novo” agente social se impõe no processo de construção política: a sociedade organizada com uma nova roupagem, mais democrática e complexa.

Percebe-se que, com a emergência e fortalecimento dos movimentos sociais organizados o Estado tem que integrar no “jogo de relações políticas” esse novo agente social, com interesses próprios e demandas divergentes.

Em particular, a emergência e atuação dos movimentos ambientalistas, foram os responsáveis pela maior parte das ações que provocaram a criação do Parque Ecológico do Cocó.

## **2. O PARQUE DO COCÓ**

De acordo com Cardoso (2005), 1980 foi ano de inauguração, pelo Prefeito Lúcio Alcântara, do Parque Adahil Barreto (15/11/1980), porção da reserva que compõe a área do Parque do Cocó. Esta ação pode ser percebida como fruto das mobilizações que marcaram o período anterior a esse momento.

Entretanto, a área física deste primeiro Parque não congregava toda a área ameaçada pela especulação imobiliária na região, portanto, não atingia totalmente o objetivo dos movimentos ambientalistas daquela região que era livrar aquela porção da cidade das ameaças aos espaços socioambientais e estabelecer leis normativas do uso e ocupação reguladoras.

O movimento ambientalista percebendo essa situação atuou com mais força a favor de uma proteção de fato dessa região da cidade, buscando o estabelecimento de uma Área de Proteção Ambiental (APA) e a criação do Parque Ecológico a ser implantado pelo governo do Estado do Ceará.

O movimento ambiental SOS Cocó é fruto dessas mobilizações em torno da temática ambiental e teve papel importante na conquista da proteção dessa área. Outras ações dos movimentos ambientalistas em defesa daquela região da cidade foram a coleta de assinaturas em abaixo-assinado e a realização de um debate com os então candidatos a prefeitura de Fortaleza: Lúcio Alcântara e Maria Luiza, Cardoso (2005).

Essa luta obteve um resultado satisfatório quando o Parque Ecológico do Cocó foi juridicamente criado em outubro de 1989, pelo Decreto Estadual Numero 20.253. O referido decreto declarava a desapropriação das áreas delimitadas para a implementação do denominado Parque, como de interesse social. A área abrangida pelo citado decreto compreendia o trecho

entre a Rua Sebastião de Abreu e a BR-116, no município de Fortaleza-CE, possuindo em sua quase totalidade de extensão: manguezal, com influencia flúvio-marinha, sujeita a inundações permanentes.

Posteriormente a área de abrangência do Parque foi ampliada através do Decreto Numero 22.587, de 8 de julho de 1993, abrangendo a área situada entre a Rua Sebastião de Abreu até a foz do Rio Cocó.

A Bacia Hidrográfica do Rio Cocó (Ver Anexo 3) abrange os Municípios de Pacatuba, Itaitinga, Maranguape, Maracanaú e Eusébio, a maior parte dessa Bacia situada dentro do território fortalezense (41,7%).

O Rio Cocó, que dá nome ao parque, passa por 17 bairros: Prefeito José Walter, Jangurussu, Passaré, Barroso, Mata Galinha, Cajazeiras, Castelão, Dias Macedo, Jardim das Oliveiras, Alto da Balança, Salinas, São João do Tauape, Cocó, Dunas, Edson Queiros, Praia do Futuro e Sabiaguaba.

O Rio Cocó constitui um dos principais recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza, possuindo uma extensão de 45 km, tem sua nascente localizada na vertente oriental da serra da Aratanha, no Município de Pacatuba. Seu leito se estende por um longo percurso na direção sudoeste-nordeste, tendo a denominação Gavião. Sob essa denominação drena uma área de 443,96 km<sup>2</sup>, formando uma bacia que inclui os municípios de Fortaleza, Aquiraz, Maranguape e Pacatuba. A partir do 4º Anel Viário da BR-116, quando se encontra com o riacho Alegrete, o rio passa a receber a denominação Cocó. Já próximo à sua foz, o leito do rio perfaz uma curva na direção Leste-Sudoeste, desaguando no Oceano Atlântico entre as praias do Clube Caça e Pesca e da Sabiaguaba (SOARES, 2005).

Segundo o Instituto Terramar (2007) o ecossistema de manguezal constituinte da Bacia Hidrográfica do Rio Cocó possui uma reserva de manguezal de 1.155,20 hectares de vegetação. Esse ecossistema é responsável por diversas funções nesse ambiente, como local de moradia e sobrevivência para as espécies residentes naquele ambiente, como local para

reprodução de espécies que não necessariamente devem habitar esse ecossistema.

De acordo com relatório entregue pela Semace (2003) referindo-se ao Rio Cocó:

A biodiversidade que compõe esse ecossistema caracteriza-se pela presença de um complexo vegetacional típico da zona litorânea, mata ciliar de carnaúba, matas secas, matas úmidas e predominantemente caatinga xerófila, esta já descaracterizada (p.19).

O relevante interesse ambiental dessa região se dá devido a complexidade de sua formação natural que compreende estuários, dunas e manguezais que formam um atrativo à população da cidade, além de um espaço fundamental para a preservação de espécies e elevação da qualidade de vida da população.

Esse parque tem sido usado, visitado e habitado por diferentes grupos sociais que, de maneiras diferenciadas, se relacionam e criam laços com essa região, apropriações que se revelam por motivos variados. Constitui-se um instigante objeto de pesquisa sociológica entender como se dá a construção desse espaço pelos grupos ali inseridos e como essa produção interfere na apropriação desse espaço pelos variados grupos utilizadores daquele espaço.

### **3. CONFLITOS SOCIAIS NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE DO COCÓ**

Depois da análise de como o processo de criação do espaço urbano da cidade ocorreu far-se-á uma análise de como essa produção normatizou os usos desse espaço urbano, especificamente, do Parque Ecológico do Cocó. Buscando compreender como essa normatização se relacionou com os antigos usos daquele espaço praticado pelas populações tradicionais que, antes da criação institucional do parque, usavam aquele espaço.

#### **3.1 PESCADORES**

Antigamente nós podia pescar do jeito que a gente queria, ninguém mandava na gente, era tudo livre. Hoje só pode se for com linha e se

fizer de outro jeito eles vêm (*referindo-se aos guardas florestais que trabalham no Parque*) e tomam. As coisas mudaram muito, hoje a gente não pode fazer mais nada. (Pescador 1).

A pesca no Parque do Cocó costuma acontecer durante as tardes da semana e aos sábados, salvo algumas exceções aos domingos pela manhã e tarde. Por volta das 14h os pescadores costumam chegar ao local para iniciar a pesca.

Com vistas a trazer uma maior segurança à região, que antes era utilizada como local de refúgio dos infratores que cometiam atos ilegais, foi colocada uma cerca na região, cerca que restringe, ainda mais, os acessos ao Parque, principalmente, para os pescadores que conseguem parte de seu material de pesca (pequenos peixes que servirão de isca) dentro do próprio Parque.

Acontece, nos momentos de busca pela isca da pescaria, formas de se “driblar” e “confrontar” as cercas ali colocadas, pois o único modo de se ter acesso a essas iscas é entrando dentro do rio, em suas margens e entorno e pegar as minhocas que ali se encontram para usá-las como isca.

A cerca passou a ser percebida como obstáculo a ser transposto pelos pescadores da região, por isso, várias táticas foram utilizadas para criar determinados contra-usos àquele espaço. Contra-usos no sentido mencionado por Leite (2002) onde o espaço recebe formas de uso e significação que não se inserem nas formas de apropriação normatizadas e legalizadas.

O próprio corpo se adéqua a essas novas condições para transpor esses obstáculos, onde os pescadores se esforçam para entrar no parque por entre as brechas deixadas pelo desnível entre cerca e ponte do rio (Ver anexo 4).

Outra tática utilizada para transpor essa normatização do modo de acesso ao espaço público foi a descaracterização da estrutura física da cerca (Ver anexo 5), tendo em vista deixá-la mais frágil e, portanto, mais acessível àqueles que desejassem entrar naquela parte do rio para buscar suas iscas.

Esse gesto demonstra muito mais do que apenas uma adequação as formas de uso e ocupação do espaço público no Parque, demonstra resistência e conflito de legitimidades (ARENDR,1989), que vão de encontro a maneira ordenadora e oficial do processo de ocupação do espaço público no Parque do Cocó.

### **3.2 Moradores no parque do Cocó**

Disseram pra gente sair e nem procurar ninguém não porque *ele*, sabia dos direito da gente. (Moradora das margens do Rio Cocó há 45 anos)

Cachorros arredios que espantam os “intrusos” quando de sua chegada a porteira do terreno por eles protegido, esse foi o contexto que encontrei quando de minha primeira tentativa de conhecer a localidade inserida nas margens do Rio Cocó, atrás do *Shopping* Salinas e da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.

No momento dessa primeira visita, desconhecendo o cotidiano dessa localidade, fui ao seu encontro por volta das 12h30 da tarde, pensando encontrar as pessoas que ali residiam, pois de acordo com os padrões de ação e conduta por mim conhecidos, seria esse o horário mais suscetível de se encontrar os donos da casa, pois deveria ser o horário de almoço e todos estariam reunidos. Entretanto, a realidade objetiva da localidade tratou, como no caso anterior dos pescadores, de “mostrar meu lugar”.

Nesse horário, entretanto, os moradores estavam descansando devido ao ritmo de trabalho que se inicia bem cedo, por volta das 06h00, onde seu José, um dos senhores que há mais tempo mora na comunidade, inicia seu dia de trabalho arando a terra da localidade onde planta e cultiva vários legumes e frutas (Ver Anexos 6 e 7) para sustento familiar e revenda dos excedentes desse material.

Devido a isso, encontrei a localidade “vazia”, a não ser pelos animais (cachorros), como disse no começo, que trataram de me tirar daquele local sob pena de ser atacado. Meu receio pessoal me fez distanciar. A saída encontrada

para a resolução desse problema foi buscar um intermediário que me inserisse na comunidade e que pudesse articular o encontro inicial, fazendo com que, a partir desse momento, eu tivesse um acesso mais fácil a essa comunidade.

Desse modo minha entrada na comunidade foi facilitada e pude ultrapassar as cercas que protegem a localidade. Assim, tive acesso há um mundo extremamente complexo, que se expressa, cotidianamente, em contradições e oposições a uma urbanidade ao seu redor.

Essa localidade produz, nas margens do Rio do Cocó, a maioria dos produtos básicos que necessita para sua sobrevivência, comercializa os excedentes de sua produção tendo em vista a inserção no mercado de consumo, visando a obtenção de outros materiais que não produz.

A relação dessa comunidade com o Parque do Cocó e a relação entre os membros da comunidade, foram uma das grandes descobertas da pesquisa. Essa localidade se situa nas margens do Rio Cocó e no momento de minha primeira visita percebi algo que muito me instigou: várias pessoas vinham a porta do dono da casa pedindo para usar seu poço para lavar seus pés para que pudessem ir em direção à Av. Washington Soares.

Analisando a estrutura física da localidade percebi que ela se espacializa em forma de “cone”, onde a casa de Seu José é o início desse cone, a casa que permite o acesso à rua asfaltada, isto é, à “cidade legalizada”. Essa não é a única maneira de se ter acesso às avenidas asfaltadas, mas é o caminho mais rápido. As pessoas que vêm das extremidades do “cone” costumam se sujar porque atravessaram vários pedaços de mangue, durante a caminhada. (Ver Anexo 8).

Quando percebi tive uma impressão de cooperação desse grupo social com objetivo de satisfazer as necessidades dos vizinhos e amigos. Essa concepção de coexistência pacífica, de traços identitários que reforçam o sentimento de pertencimento foi encontrada também na relação entre os pescadores e lavadeiras do Parque do Cocó. No caso dos moradores da margem do rio, existe uma diferenciação, disfarçada em tons de brincadeira, entre os moradores dessa comunidade, baseada na proximidade ou distância

que estes moram em relação ao rio. Frases como “comedores de muriçoca” foram pronunciadas relacionando-se àqueles que moram mais próximo às margens do rio, e, “favelados”, eram as denominações dadas aos que moram mais distantes das margens do rio.

Uma ânsia em sair daquele lugar e ir morar em um lugar melhor estruturado é facilmente percebida no discurso de parte dos moradores, pois estes não consideram aquele local estável para construir suas moradias e, por isso, recomendam a seus filhos que tentem ir morar em outros ambientes, pois o medo da expulsão daquele lugar é recorrente nessas famílias, medo esse que, inicialmente, fez com que eles agissem com certa cautela em relação à mim, relutando em responder certas perguntas e ao uso de certos materiais de pesquisa, como gravador. Contexto completamente diferenciado do encontrado na pesquisa com as lavadeiras, que demonstram uma outra forma de relação com o espaço do Parque.

#### **4. (IN) Conclusões da Pesquisa**

As apropriações do espaço público na cidade de Fortaleza, especificamente no Parque do Cocó, são diversas e construídas historicamente. O Parque é apropriado segundo lógicas complexas a partir dos mecanismos de cada grupo específico inserido naquele espaço.

Essas apropriações se relacionam com políticas de criação, uso e ocupação do espaço urbano da cidade, que tem como objetivo normatizar e padronizar os usos desse espaço. Diante do exposto, a sociedade se percebe de frente a imposições estatais que homogeneizam as atuações no espaço público e desqualificam, assim, sua função primordial, de apreensão e exacerbação das particularidades individuais.

O Parque do Cocó traz consigo ferramentas de entendimento da relação entre público e privado na sociedade fortalezense. Pescadores, moradores e lavadeiras do parque estabelecem uma relação com o espaço público da cidade que distorce e cria significados diferenciados daqueles imaginados pelo pensamento tecnicista que criou e imaginou os usos daquela região.

O Parque do Cocó é apropriado pelos diferentes indivíduos de maneira formal e legal e por ações legítimas, mas não necessariamente legais, A lei de criação de parques estaduais restringe os usos do Parque, por isso nem todos os usos são vistos como legítimos pelos órgãos responsáveis pela normatização dos usos daquela região.

O espaço público, desse modo, passa a ser visto como campo de atuação e de individualização oriundo dos sujeitos que não percebem como legítimos as ações estatais e atuam nesse espaço de maneira independente, privatizando, em ultima estância, os usos desse espaço.

Os grupos pesquisados na região do Parque Ecológico do Cocó estabelecem mecanismos identitários grupais a partir da utilização daquele espaço, utilização que não é vista como legítima aos olhos estatais, mas que se realiza independente dessa institucionalização.

O público e o privado se entrelaçam na análise das formas de uso do espaço do Parque, onde os grupos se apropriam daquele espaço, significando-o e particularizando-o de acordo com suas vivências cotidianas e realidades particulares.

Trata-se o Parque do Cocó de um espaço de lutas e resistências, de confronto e de aceitação. Uma complexidade inserida no cotidiano da cidade, que se revela um espaço diário de construção de legitimidades e memórias. Um espaço que se revela muito mais complexo do que a definição dicotômica entre público e privado espera encerrar. Espaço de todos, mas feito legalmente para alguns e apropriados legitimamente por outros.

## BIBLIOGRAFIA

Ação Civil Pública nº 064/2007; Ref.: Procedimento Administrativo nº 1.15.000.001348/2006-30. p. 6

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo, Forense/Edusp. 1981.

CARDOSO, Ana Maria Ferreira. **Movimento Pró-parque Lagoa de Itaperoaba: Perspectivas ambientais em construção** (2005).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995 (1989).

LIMA, Francisco Janilson Ferreira Lima. **Sociedade e natureza na primeira etapa de criação do Parque do Cocó e entorno** - Fortaleza / CE. 2007

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. **Estado e espaço urbano**: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2001, n.16, pp. 9-28.

PATRÍCIO, Edgard. **A ponte do rio Cocó**. Jornal O POVO de 07/04/2003. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/www/opovo/colunas/ecologia/239383.html>. Acessado em 17/06/2009.

ROCHA, D. A.; FROTA, H. B.; MEIRELES, A. J. A. **Ecosistema Manguezal do Rio Cocó e o Licenciamento Ambiental do Iguatemi Empresarial, em Fortaleza/CE**. In: Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico, 2008, Florianópolis/SC. Anais do Congresso Latino-Americano de Direitos Humanos e Pluralismo Jurídico. Florianópolis/SC : EDITORA DOM QUIXOTE LTDA, 2008.

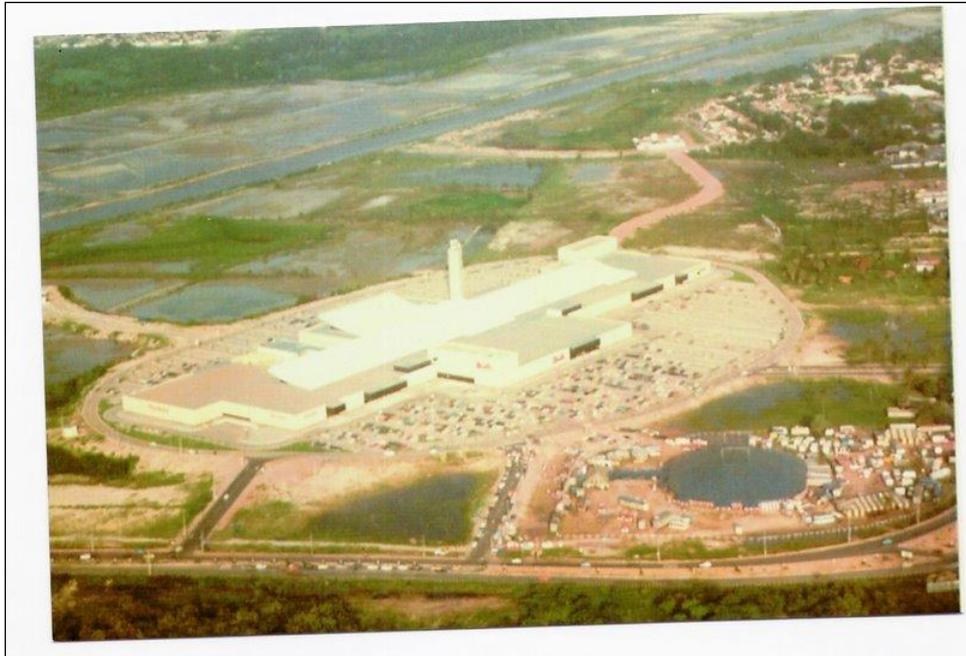
SANTOS, Jader de Oliveira. **vulnerabilidade ambiental e áreas de risco na Bacia Hidrográfica do Rio Cocó** – Região Metropolitana de Fortaleza – Ceará. Dissertação de mestrado UECE, 2006.

SEMACE. **Proposta de proteção, conservação e recuperação do Rio Cocó**. Fortaleza, 2003.

SOARES, Joisa Maria Barroso. **Parque Ecológico do Cocó**: a produção do espaço urbano no entorno de áreas de proteção ambiental. Fortaleza: edUFC, 2005.

## ANEXOS

Anexo 1:



Anexo 1: Foto do *Shopping Iguatemi*, em 1982, ano de sua inauguração.  
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com>. Acessado em: 22/02/2011, às 14hr.

Anexo 2



Anexo 2: Fotografia aérea de 1968 da área do *shopping Iguatemi*.  
Fonte: Rocha, Frota e Meireles (2008).

Anexo 3:

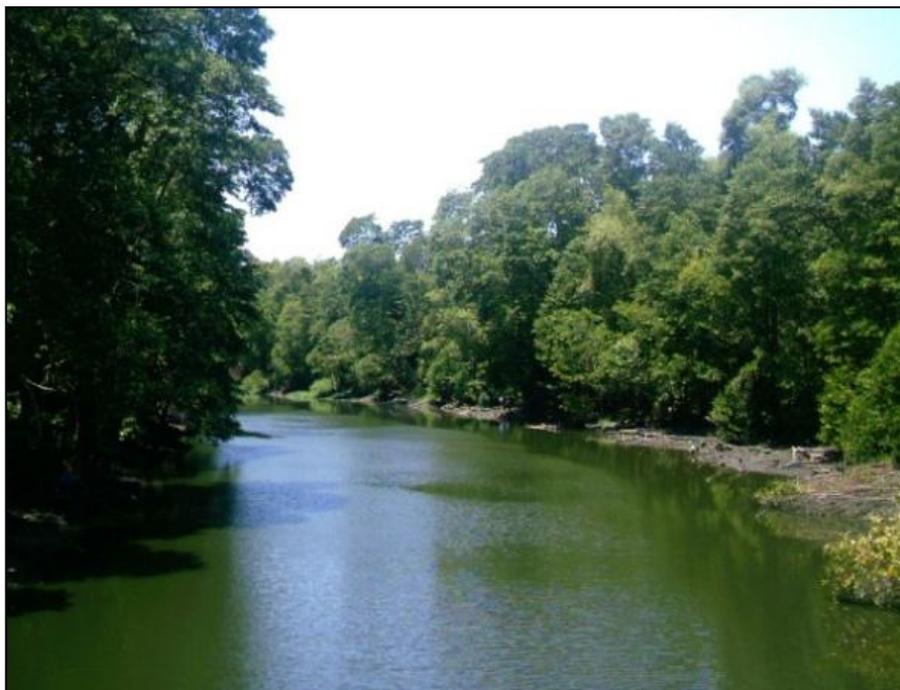


Figura 3: vista do Rio Cocó  
Fonte: Pesquisa direta, Gleison Lopes, 2007.

Anexo 4

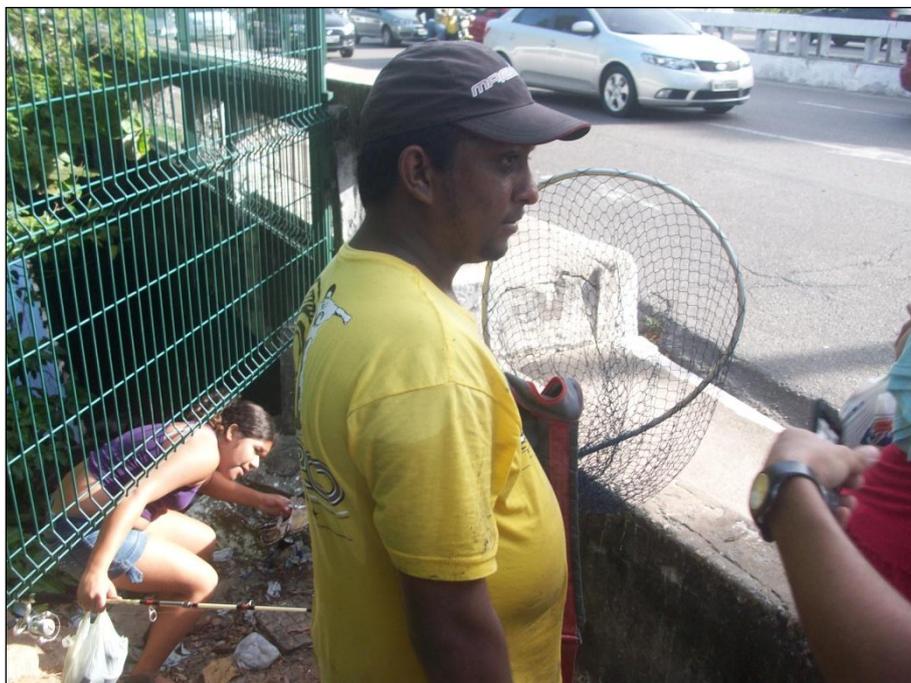


Figura 4: Grupo entrando por baixo da cerca na área interna do Parque do Cocó.

Fonte: Pesquisa Direta, Saldanha Neto, 2011.

Anexo 5

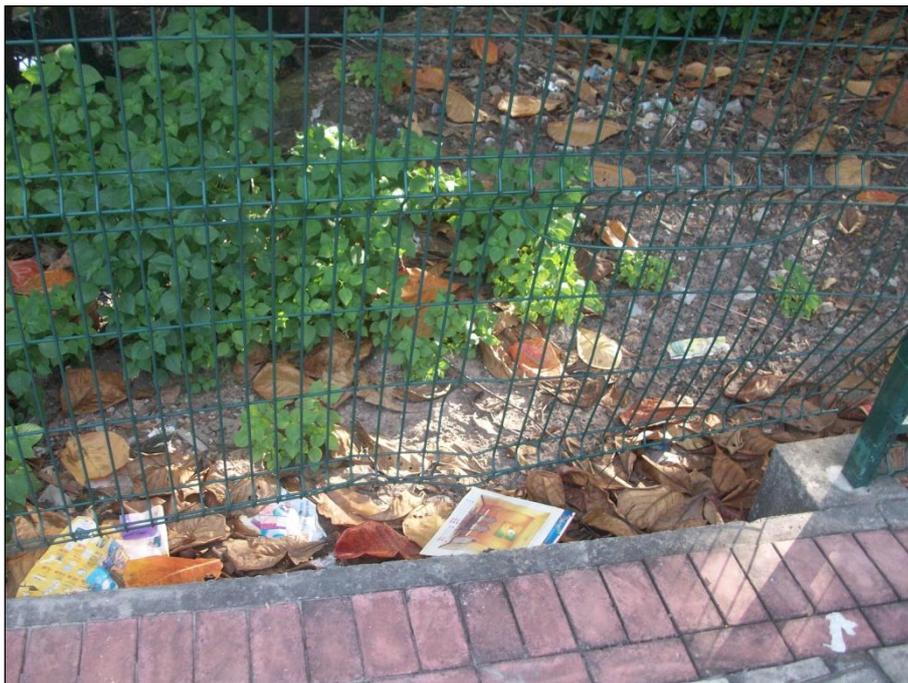


Figura 5: Cerca danificada para acesso ao Parque do Cocó.  
Fonte: Pesquisa Direta, Saldanha Neto, 2011.

Anexo 6



Figura 13: Plantação de milho às margens do Rio Cocó.  
Fonte: Pesquisa Direta, Gleison Lopes, 2011.

Anexo 7



Figura 15: Plantação de feijão às margens do Rio Cocó.  
Fonte: Pesquisa Direta, Gleison Lopes, 2011.

Anexo 8



Figura 16: Esquema de acesso do Parque à rua pavimentada.  
Fonte: Pesquisa Direta, Gleison Lopes, 2011.